

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 31 de outubro de 2012.

Edição nº 1050

Nesta edição:

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal	2
Súmulas de contratos.....	2
Editais.....	3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	4
---------------	---

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Avisos afastamentos.....	6
--------------------------	---

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS****BOLETIM N.º 501/2012**

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

REVERTER

- nos termos do artigo 44 da Lei Complementar n.º 10.098/94, a aposentadoria do servidor JORGE ALFREDO PERLI SILVEIRA DIAS, Auxiliar de Serviços Gerais, classe "C", ID N.º 3432831, regime jurídico estatutário, carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça, aposentado, por invalidez permanente a contar de 22 de setembro de 2010, pela Portaria n.º 2354/2010, com base no artigo 40, § 1º, inciso I, e § 9º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, observadas as alterações introduzidas pela Emenda Constitucional n.º 70/2012, e artigo 158, inciso I, §§ 1º, 2º e 4º, da Lei Complementar n.º 10.098/1994 (PR.00592.00314/2010-6 - Port. 3566/2012).

AUTORIZAR

- nos dias 31 de outubro e 01, 05 e 06 de novembro de 2012, o afastamento da servidora CLEONICE RIBEIRO DE OLIVEIRA, Assessor – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ID n.º 3439364, para prestar as provas discursivas do XLVI Concurso para ingresso à carreira do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos da Lei Estadual n. 12.262/05, e no artigo 64, inciso XII, da Lei n.º 10.098/94, sem ônus para o Ministério Público, mantida a contribuição para o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do Artigo 8º da Lei n. 7.672/82, combinado com o disposto na Lei n. 12.065/04 (Port. 3667/2012).

- nos dias 31 de outubro e 01, 05 e 06 de novembro de 2012, o afastamento do servidor ÂNGELO LOZANO DIAS, Assistente de Promotoria de Justiça, ID n.º 3481255, para prestar as provas discursivas do XLVI Concurso para ingresso à carreira do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos da Lei Estadual n. 12.262/05, e no artigo 64, inciso XII, da Lei n.º 10.098/94, sem ônus para o Ministério Público, mantida a contribuição para o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do Artigo 8º da Lei n. 7.672/82, combinado com o disposto na Lei n. 12.065/04 (Port. 3668/2012).

- nos dias 31 de outubro e 01, 05 e 06 de novembro de 2012, o afastamento da servidora MARLISE MARTINO OLIVEIRA, Assessor – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ID n.º 3713520, para prestar as provas discursivas do XLVI Concurso para ingresso à carreira do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos da Lei Estadual n. 12.262/05, e no artigo 64, inciso XII, da Lei n.º 10.098/94, sem ônus para o Ministério Público, mantida a contribuição para o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do Artigo 8º da Lei n. 7.672/82, combinado com o disposto na Lei n. 12.065/04 (Port. 3669/2012).

- nos dias 31 de outubro e 01, 05 e 06 de novembro de 2012, o afastamento do servidor RODRIGO CHAMORRO DA SILVA, Assessor – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ID n.º 3396231, para prestar as provas discursivas do XLVI Concurso para ingresso à carreira do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos da Lei Estadual n. 12.262/05, e no artigo 64, inciso XII, da Lei n.º 10.098/94, sem ônus para o Ministério Público, mantida a contribuição para o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do Artigo 8º da Lei n. 7.672/82, combinado com o disposto na Lei n. 12.065/04 (Port. 3670/2012).

DESIGNAR

- a servidora SIMONI BASSANI BIRLEM, Agente Administrativo, ID n.º 3431533, para exercer a Função Gratificada de Assessor Especial II, FG-05, deste órgão (Port. 3682/2012).

NOMEAR

- BRUNO SILVEIRA RIGON, para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial I, CC-07, deste órgão (Port. 3683/2012).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 31 de outubro de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

**SÚMULA 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO
DE OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
PROCESSO N.º 1490-09.00/12-1**

CONTRATADA: P&B ENGENHARIA LTDA.; **OBJETO:** acréscimo e supressão ao objeto do ajuste (AJDG n.º 64/12), de materiais e serviços; prorrogação do prazo máximo de conclusão e entrega da obra, por 15 (quinze) dias, a contar de 16 de outubro de 2012, prorrogação do prazo de vigência contratual, por 01 (um) mês, a contar de 28 de fevereiro de 2013, bem como desmembramento do pagamento correspondente à última parcela do cronograma físico-financeiro; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigos 65, inciso I, "a" e "b", e §1º e 57, inciso §1º, incisos I e IV, da Lei Federal n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 30 de outubro de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

**SÚMULA 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO
DE OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
PROCESSO N.º 1470-0900/12-8**

CONTRATADA: P&B ENGENHARIA LTDA.; **OBJETO:** acréscimo e supressão ao objeto do ajuste (AJDG n.º 61/12), de materiais e serviços; prorrogação do prazo máximo de conclusão e entrega da obra, por 15 (quinze) dias, a contar de 16 de outubro de 2012, prorrogação do prazo de vigência contratual, por 01 (um) mês, a contar de 19 de fevereiro de 2013, bem como desmembramento do pagamento correspondente à



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 31 de outubro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1050

última parcela do cronograma físico-financeiro; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigos 65, inciso I, "a" e "b", e §1º e 57, inciso §1º, incisos I e IV, da Lei Federal n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 30 de outubro de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

EDITAL N.º 359/2012

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério Público (CPAD), designada pela Portaria n.º 3399/2012, de 01/10/2012, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público, de 01/10/2012, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 30º (trigésimo) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do RS, se não houver oposição, a Unidade de Arquivo eliminará os documentos constantes nas Listas de Eliminação de Documentos nº 82/2012, nº 85/2012 e nº 86/2012, aprovadas por meio da Ata n.º 135 da CPAD, disponíveis na página do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, www.mp.rs.gov.br/temporalidade/pgn/id45.htm e na Unidade de Arquivo, Rua General Andrade Neves, 106, 6º andar – Porto Alegre – RS.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstração de legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério Público, localizada no endereço supracitado.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 31 de outubro de 2012.

CARLA SOUTO PEDROTTI,

Presidente Suplente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos.

EDITAL N.º 360/2012

REMOÇÃO DE ASSISTENTE DE PROMOTORIA DE JUSTIÇA

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfl/remocoes>) a divulgação do local em que será oferecida vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 31 de outubro de 2012.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL N.º 361/2012

REMOÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfl/remocoes>), a divulgação do local em que será oferecida vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 31 de outubro de 2012.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL N.º 362/2012

REMOÇÃO DE SECRETÁRIO DE DILIGÊNCIAS

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfl/remocoes>) a divulgação do local em que será oferecida vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 31 de outubro de 2012.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL N.º 363/2012

REMOÇÃO DE ASSESSOR BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfl/remocoes>), a divulgação do local em que será oferecida vaga



para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 31 de outubro de 2012.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N.º 10/2012 – CAO

A COORDENADORA DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul instaurou os seguintes Inquéritos Cíveis e Peças de Informação:

PROMOTORIA DE CAMAQUÃ

1) Peça de Informação nº 47/2012, instaurada pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã, com a finalidade de apurar possíveis práticas comerciais ilícitas pelo estabelecimento denominado Supermercado Roxo.

2) Peça de Informação nº 23/2012, instaurada pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã, com a finalidade de apurar possíveis práticas lesivas ao consumidor, efetuadas pelo Supermercado Nacional.

PROMOTORIA DE PLANALTO

1) Inquérito Civil nº 12/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rogério Fava Santos, da Promotoria de Justiça de Planalto, com a finalidade de apurar eventual prejuízo aos moradores e consumidores do município de Planalto, diante da omissão da empresa Oi em disponibilizar novas assinaturas de internet para usuários do município, tendo como investigado a empresa Oi-Brasil Telecom S.A.

PROMOTORIA DE PORTO ALEGRE

1) Inquérito Civil nº 221/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar suposta comercialização de produto (leite) com vício de qualidade, tendo como investigado Piá – Cooperativa Agropecuária Petrópolis Ltda.

2) Inquérito Civil nº 222/2012, instaurado pelo Promotor de

Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar eventual deficiência de informações e de fornecimento de contrato de financiamento aos consumidores, tendo como investigada Credifibra S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento.

3) Inquérito Civil nº 223/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar possível deficiência de informações e de fornecimento de contrato aos consumidores, tendo como investigado Banco Bradesco Financiamentos S/A.

4) Inquérito Civil nº 224/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar suposta deficiência de informações e de fornecimento de contrato de financiamento aos consumidores, tendo como investigado Banco Santander (Brasil) S.A.

5) Inquérito Civil nº 225/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar possível deficiência de informações e de fornecimento de contrato de financiamento aos consumidores, tendo como investigado HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo.

6) Inquérito Civil nº 226/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Gustavo de Azevedo e Souza Munhoz, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar eventual deficiência de informações e de fornecimento de contrato aos consumidores, tendo como investigado Banco Safra S/A.

7) Inquérito Civil nº 227/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar suposta deficiência de informações e de fornecimento de contrato de financiamento aos consumidores, tendo como investigado Banco do Brasil S/A.

8) Inquérito Civil nº 228/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Gustavo de Azevedo e Souza Munhoz, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar possível deficiência de informações e de fornecimento de contrato de financiamento aos consumidores, tendo como investigado Banco GMAC S/A.

9) Inquérito Civil nº 229/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar eventual deficiência de informações e de fornecimento de contrato de financiamento aos consumidores, tendo como investigado Banco Panamericano S/A.

10) Inquérito Civil nº 230/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho, da Promotoria de



Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar suposta deficiência de informações e de fornecimento de contrato aos consumidores, tendo como investigado Banco Itaucard S/A.

11) Inquérito Civil nº 231/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar possível deficiência de informações e de fornecimento de contrato de financiamento aos consumidores, tendo como investigada Confederação Sicredi.

12) Inquérito Civil nº 232/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar eventual prática de agenciamento de funerais em desacordo com a legislação municipal, tendo como investigada Funerária Viamópolis Ltda.

13) Inquérito Civil nº 233/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar suposto deficiência de informações e de fornecimento de contrato aos consumidores, tendo como investigado Sul Financeira S/A – Crédito, Financiamentos e Investimentos.

14) Inquérito Civil nº 234/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar possível deficiência de informações e de fornecimento de contrato de financiamento aos consumidores, tendo como investigada Financeira Alfa S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos.

15) Inquérito Civil nº 235/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar eventual deficiência de informações e de fornecimento de contrato aos consumidores, tendo como investigado Banco Fiat S/A.

16) Inquérito Civil nº 236/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar suposto deficiência de informações e de fornecimento de contrato aos consumidores, tendo como investigado Banco Volkswagen S/A.

17) Inquérito Civil nº 239/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar possíveis defeitos estruturais no prédio onde funciona o Restaurante Popular, bem como questões afetas à Vigilância Sanitária, tendo como investigado Centro Social e Cultural Evangélico Betel (Restaurante Popular).

18) Inquérito Civil nº 240/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar eventual descumprimento de oferta (referente ao Programa Smiles da Gol) e deficiência no serviço de atendimento ao cliente, tendo como investigada VRG Linhas Aéreas S/A.

19) Inquérito Civil nº 246/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar suposto descumprimento de oferta, tendo como investigada Pluna S.A.

PROMOTORIA DE SÃO LOURENÇO DO SUL

1) Inquérito Civil nº 36/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Rogério Meirelles Caldas, da Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na extinção do Plano “C”, firmado entre a Unimed, Sicredi e consumidores, tendo como investigados SICREDI - Cooperativa Crédito Livre Admissão de Associados Zona Sul e Unimed – Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.

PROMOTORIA DE SEBERI

1) Inquérito Civil nº 20/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Rodrigo Berger Sander, da Promotoria de Justiça de Seberi, com a finalidade de apurar eventual infração às normas sanitárias, tendo por investigado Batistino da Silva Alves-ME.

2) Inquérito Civil nº 21/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Rodrigo Berger Sander, da Promotoria de Justiça de Seberi, com a finalidade de apurar suposto infração às normas sanitárias, tendo por investigado Mercado Nossa Senhora Aparecida.

3) Inquérito Civil nº 22/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Rodrigo Berger Sander, da Promotoria de Justiça de Seberi, com a finalidade de apurar possível infração às normas sanitárias, tendo por investigado Supermercado Rosa e Castro.

4) Inquérito Civil nº 23/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Rodrigo Berger Sander, da Promotoria de Justiça de Seberi, com a finalidade de apurar eventual infração às normas sanitárias, tendo por investigado Mercado Cauzzi.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 31 de outubro de 2012.

TÊMIS LIMBERGER,

Procuradora de Justiça,

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 31 de outubro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1050

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

TORNO PÚBLICO, em cumprimento ao disposto no artigo 2.º, § 4.º, da Resolução n.º 03/2010 – CSMP, o relatório dos membros do Ministério Público autorizados pelo Conselho Superior do Ministério Público a afastarem-se de suas funções para frequentar cursos de pós-graduação, bem como o número de vagas disponíveis atualmente e datas a partir das quais serão abertas novas vagas:

NOME	ENTRÂNCIA	CURSO	LOCAL	PERÍODO
Marcio Schenato	Inicial	Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE)*	Escola Superior de Guerra (ESG)*	05/03/2012 a 07/12/2012
Érico Fernando Barin	Intermediária	Doutorado	Universidade de Lisboa	01/10/2012 a 28/02/2013 e 31/03/2013 a 31/07/2013
Catiuce Ribas Barin	Intermediária	Doutorado	Universidade de Lisboa	01/10/2012 a 28/02/2013 e 31/03/2013 a 31/07/2013

ENTRÂNCIA	VAGAS DISPONÍVEIS
Procurador de Justiça	01
Final	02
Intermediária	00
Inicial	01

ENTRÂNCIA	DATA DA ABERTURA DE NOVAS VAGAS	QUANTIDADE DE VAGAS A SEREM ABERTAS
Intermediária	01/08/2013	02

*Afastamentos para cursos da Escola Superior de Guerra não impactam o percentual de afastados na entrância. Enquadram-se no previsto no artigo 8.º da Resolução n.º 03/2010 - CSMP.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 01 de novembro de 2012.

MARÍLIA COHEN GOLDMAN,

Promotora-Assessora.